



EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI) E A EDUCAÇÃO POPULAR: diálogos possíveis

Roberta Avila PEREIRA (UFNT - Tocantinópolis)¹
Lisiane Costa CLARO (UFNT - Tocantinópolis)²

RESUMO: A escrita que se pretende neste texto refere-se a reflexões sobre o campo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em diálogo junto a concepção de Educação Popular. Neste rumo, buscamos apresentar a EJAI, compreendendo-a enquanto espaço de abertura à uma concepção educativa crítica e dialógica. Consideramos neste estudo as contribuições de diversos autores (ARROYO, 2016; FREIRE, 1987; 1991; 2002) os quais apontam a EJAI como potencialidade de constituir-se em um espaço de Educação Popular, na medida em que reconhecem os princípios epistemológicos, políticos, éticos e estéticos da Educação Popular para a Educação de Jovens e Adultos e Idosos. Como forma de organização deste ensaio, apresentamos no primeiro momento a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como os princípios e concepções do campo. Na sequência, nosso diálogo se estabelece com a contribuição da Educação Popular, enquanto uma concepção educativa que preconiza outras formas de construir relações educativas no horizonte da emancipação humana. Consideramos que a concepção de Educação Popular contribui para o alargamento do horizonte da EJAI, rumo a uma educação integral do ser humano.

Palavras-chave: EJAI. Educação Popular. Concepção.

1 Primeiras Palavras

A escrita que se pretende neste texto refere-se a reflexões sobre o campo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em diálogo junto a concepção de Educação Popular. Em outras palavras, buscamos compreender a EJAI enquanto espaço de expressão da Educação Popular.

Consideramos neste estudo as contribuições de diversos autores (ARROYO, 2016; FREIRE, 1987; 1991; 2002) os quais apontam a EJAI como potencialidade de constituir-se em um espaço de Educação Popular, na medida em que reconhecem

¹ Professora do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação e Artes (GEPHEA/UFNT). E-mail: robertapereira@uft.edu.mail.br.

² Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis, e do Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação e Artes (GEPHEA/UFNT). E-mail: lisiane.claro@uft.edu.br



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

os princípios epistemológicos, políticos, éticos e estéticos da Educação Popular para a Educação de Jovens e Adultos e Idosos.

Desta forma, como forma de organização deste ensaio, apresentamos no primeiro momento a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como os princípios e concepções do campo. Na sequência, nosso diálogo se estabelece com a contribuição da Educação Popular, enquanto uma concepção educativa que preconiza outras formas de construir relações educativas no horizonte da emancipação humana.

Neste rumo, buscamos nas páginas que seguem apresentar a partir de nossa de olhar compreensivo junto a EJAI, compreendendo-a enquanto espaço de abertura à uma concepção educativa crítica e dialógica. Por isso, na compreensão de que a EJAI transformadora carrega os princípios sócio-políticos presentes na Educação Popular, a seguir, nosso esforço direciona-se no sentido de traçar este diálogo.

2 CAMINHOS DA EJAI

Ao olharmos para a trajetória da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, percebemos o quanto este campo é marcado por profundos entraves e percalços. A discussão sobre a necessidade de uma proposta educativa direcionada para os jovens, adultos e idosos ainda é muito recente.

Dessa forma, ao direcionarmos nossa atenção para as políticas públicas brasileiras, percebemos o quanto a modalidade é pouco valorizada e secundarizada. Nesse rumo, as legislações voltadas para o trabalhador adulto ainda possuem os mesmos princípios das leis trabalhistas resultantes da era Vargas.

Assim, podemos pontuar que na década de 1940, por meio da criação do Plano Nacional de Educação (PNE), através da constituição de 1934, surgiu uma inquietação sobre a pauta da Educação de Jovens e Adultos. O PNE tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos ao longo de cinco anos.

É preciso reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos. [...] O programa nacional, deve assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. Além disso, estabelecer programa nacional de



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, Reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos. (p.53)

É a partir da criação deste plano que podemos apontar que a pauta da EJA começa a tensionar um espaço no campo da Educação enquanto uma responsabilidade do Estado. Muito embora concordemos que este seja um aspecto importante, é necessário pontuar que o PNE não contempla as especificidades da EJA, considerando os sujeitos como trabalhadores apenas, que poderiam contribuir, quando escolarizados, com desenvolvimento econômico do país.

Esse pensamento perdurou por um longo período. A educação direcionada aos jovens, adultos e idosos era compreendida somente como uma forma de inclusão no mercado de trabalho, invisibilizando e marginalizando o princípio educativo. Desse modo, podemos dizer que na primeira metade do século XXI pouco se pensou em termos de Educação de Jovens e Adultos.

Na segunda metade, com o modelo desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira começa a surgir a necessidade de uma mão de obra mais qualificada que se acentua nas décadas de 60 e 70. O modelo tecnicista ganha espaço enquanto viabilidade educativo para o preparo ao mercado.

Neste contexto da década de 1960, a Educação de Jovens e Adultos ganha um aliado: Paulo Freire. Por meio da concepção de Educação Popular, Freire reforça a educação enquanto um direito para todos e todas. Nesse horizonte, Freire compreendia o processo educativo a partir do exercício de partilha das experiências e vivências dos sujeitos. Tinha como pressuposto o diálogo para a construção de uma relação educativa pautada na criticidade e emancipação das classes populares.

É neste cenário que Paulo Freire aborda a relação da escola que reproduz a relação entre patrão e empregado, constituindo a chamada "pedagogia do oprimido" que se propõe a contribuir na superação dessa condição de desigualdade que fere o processo de humanização dos sujeitos nas relações sociais por meio do trabalho. Neste sentido,

Há uma história de Educação Popular. Não estamos começando do zero. Assim como temos uma herança de luta neste país, temos também uma herança cultural, uma verdadeira pedagogia de luta, transformação, libertação. A Educação Popular se alimenta dessas



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

lutas e desses movimentos de libertação. É sua expressão pedagógica. (SOUZA, 2001, p.268)

Deste modo, Freire apresenta-se como um idealizador do movimento da EJA proporcionando diversos momentos de luta contra o sistema vigente na sociedade e na educação. Paralelamente, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, suas práticas foram disseminadas pelo Brasil por meio de sua conduta popular e libertadora, lutando não "para" o povo, mas sim "com" o povo. Nesse cenário, os círculos de cultura apontam um percurso viável metodológico de ensino freireano, que se constituía nos Centros Populares de Cultura (FREIRE, 1991).

Nesse rumo, o Movimento de Cultura Popular (MCP), coordenado por Paulo Freire, tem origem em 1960 em Recife/PE. Por meio deste movimento, objetivava-se alfabetizar por dos círculos de cultura, onde a proposição centrava-se em discussões e debates sobre a cultura, tensionando e problematizando as leituras de mundo de forma coletiva. Nesse espaço de compartilhamento de saberes e vivências, jovens, adultos e idosos, se inseriam em um processo educativo, que valorizava as múltiplas expressões (como teatro e a literatura) e formas de produção de conhecimento.

Estes espaços, portanto, se configuravam não apenas um espaço de ensino e letramento, mas um espaço de educação política, luta pela superação da condição de opressão e constituição de consciência crítica por meio da leitura de mundo dos sujeitos que o integravam, que em conjunto partilhavam suas lutas e construía sonhos pelo caminho da educação. Contudo, no ano de 1964, em razão do Golpe Militar, o MCP foi encerrado, pois os militares o consideravam uma ameaça ao regime.

É importante também destacar, entre os anos de 1960 e 1961 nasce o Movimento de Educação de Base (MEB), com incentivo do Governo Federal e também dos movimentos sociais. A proposta do movimento era a alfabetização de adultos, tendo como alicerce a Igreja Católica. Entretanto, assim como MCP, sofre as consequências da ascensão do novo regime, se reorganizando para atender as exigências da ditadura militar.

No ano de 1967 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), trazendo com ele uma nova perspectiva para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Através da Lei nº 5.379/67, institui-se a escolarização de analfabetos em



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

instituições escolares, visando a erradicação da taxa de analfabetismo no Brasil em 10 anos. Cabe pontuar que esta proposta, advinda do Governo Federal, era dissonante às proposições e articulações que Paulo Freire realizava ancorado na Educação Popular. Barreto (2005), desta forma, compreende que:

O Programa tinha pouca articulação com o sistema de ensino básico, foi uma rejeição explícita das experiências anteriores de Educação Popular, especialmente as de Paulo Freire, embora se apropriasse da sua metodologia. Adotava uma cartilha que concebia a alfabetização como algo mecânico e alheio ao universo cultural dos alfabetizados, esvaziando o conteúdo crítico das propostas de alfabetização dos movimentos populares e utilizando um material padronizado em todo Brasil. (BARRETO, 2005, p.47)

Paulo Freire representou e ainda representa uma referência de luta e enfrentamento à uma lógica que não acredita nas condições de superação dos sujeitos de tudo aquilo que os alija e oprime. Por isso, no âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Freire anuncia a possibilidade de estabelecer uma relação educativa pautada em outros valores, buscando construir uma educação libertadora.

Ferraro (2003) aponta que apenas com a Constituição Federal de 1988, é que o Estado, oficialmente, assumiu a garantia por uma educação de qualidade a todos os brasileiros, muito embora saibamos que essa qualidade estará arraigada nos interesses de governo. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos configura-se enquanto uma questão social, no sentido de atender à população que foi excluída do e/ou no processo escolar.

Em 1989 se constitui o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que estabelecia com parcerias entre municípios, estados e movimentos sociais. A primeira experiência do movimento aconteceu na cidade de São Paulo, junto a orientação de Paulo Freire, quando ele era o secretário de educação.

Nesse sentido, este movimento tinha como princípio a alfabetização popular, pautada em uma ação conscientizadora, política, ética, buscando uma formação dos sujeitos enquanto cidadãos e educandos, partícipes e atuantes socialmente. O foco era combater o analfabetismo, mas também, a escolarização de caráter assistencialista e o método de alfabetização pautado na decodificação e infantil. Desta experiência, germina outros movimentos sociais populares, ancorados nos mesmos princípios, em outros estados e cidades, possibilitando o acesso à escolarização para muitos.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Nessa mesma perspectiva, no ano de 1996, foi revogada a Lei de Diretrizes e Base que, no Art.37 e Art. 38, propõe que a Educação de Jovens e Adultos seja ofertada para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso e continuidade ao Ensino Fundamental e Médio, na idade própria. Ao considerar que esses estudantes, em sua maioria, são trabalhadores, é necessário compreender seus interesses e condições de vida e de trabalho.

Ponderamos que, nessa perspectiva histórica, cultural, política e educativa, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos constrói, em espaços formais e não formais, a formação dos educandos/sujeitos para aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na faixa etária regular com o direito à educação.

Sabemos que os jovens e adultos que frequentam a escola noturna, em sua maioria, tem o dia marcado pelo trabalho, o que dificulta a presença dos mesmos no turno da noite na escola, após um cansativo dia de atividades. Além deste fator, vivências na atualidade do contexto da EJA, demonstram que muitos jovens, hoje, constituem um número considerável de educandos nas turmas, o que vem caracterizando uma mudança no perfil dos estudantes da EJA. Aliado a esta característica está a grande rotatividade de educandos nas turmas. É neste cenário, que se torna ainda mais desafiante o trabalho do educador na EJA.

Reeducar o olhar docente pra ver os educandos e as educandas em suas trajetórias não apenas escolares, mas também de vida, na sua condição de sujeitos sociais, culturais, de direitos totais. (Arroyo, 2001, p.121)

Nesse sentido, apostamos no diálogo como prática que viabiliza a aceitação e encantamento para com uma educação junto aos jovens e adultos significativa. Da mesma forma, Souza (2005) aborda que o fato de o jovem e o adulto ou o idoso não ter ingressado na escola em idade considerada regular é apenas circunstancial e não podemos deixar que tal acontecimento torne-se um obstáculo ao acesso ao aprendizado e crescimento enquanto cidadão e sujeito histórico. Nesse horizonte, salientamos:

É por acreditar na possibilidade de inclusão de amplas camadas da população, historicamente excluídas, que identifico na Educação de Jovens e Adultos um papel social fundamental. Não como libertador ou revolucionário, mas sim como um ponto de partida importante para a ampliação dos espaços de participação na vida pública nas suas mais diferentes formas de manifestação. É desta participação



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

que advirá a inclusão. A educação pode contribuir e muito para este processo se a tomarmos como algo que busca parcerias, diálogos e alianças entre educadores (as) e educandos (as) e entre conhecimentos científicos e conhecimentos e saberes das comunidades e/ou pessoas (BARCELOS, 2012, p. 25-26).

Logo, ao identificarmos na EJAI esse “ponto de partida” rumo à ocupação dos espaços sociais, consideramos a pertinência do diálogo acerca dos elementos que constituem o processo educativo formal voltado às pessoas que não concluíram a formação escolar no tempo e idade previstos pelo ensino regular. Discutir esses elementos constituintes do processo escolar é fomentar a constituição de nossos educandos enquanto sujeitos políticos e dialéticos os quais estejam dispostos a reivindicar suas lutas.

3 EJAI E A EDUCAÇÃO POPULAR

No contexto de desigualdade social que permeia a educação, é possível entender que a classe opressora foi quem induziu muitos dos sujeitos das classes populares a permanecerem fora dos processos educativos formais, e, conseqüentemente, não tivessem a oportunidade de acesso e permanência nas instituições de ensino. Tendo em vista as dificuldades de adequação ao sistema educativo capitalista, jovens e adultos tiveram seus direitos negligenciados e foram marginalizados, servindo ao sistema como mão-de-obra de forma alienada. A educação hoje é utilizada na formação de jovens para o mercado de trabalho, ou seja, o ensino visa uma instrução que atenda as demandas mercadológicas (ANTUNES, 2002). Isso leva a reflexão também a respeito do quão alto é a assimetria entre capital e o trabalho, pois se tem o desemprego por falta de mão de obra de um lado e no outro a oferta de empregos de salários baixíssimos e predominantemente árduo.

Cabe destacar que, como perspectiva educativa, estamos embasados em autores vinculados à Educação Popular (com Paulo Freire, Carlos Rodrigues Bandão, entre outros), onde a reprovação ou estagnação nos anos do ensino fundamental ou séries do ensino médio, não são consideradas como fracasso, mas apontam para um fenômeno que denuncia a marginalização das camadas populares numa lógica opressora de uma sociedade desigual.

A luta por uma educação de adultos constituída por sujeitos que sofreram historicamente o processo de subalternização fomenta nossa reflexão e ação. A



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

disputa que travamos contra um sistema excludente encontra na Educação Popular a possibilidade, não só de denúncia acerca da falha histórica de uma educação que negligenciou o conhecimento escolar significativo, mas, sobretudo, encontra a possibilidade de anúncio por meio de uma Educação de Jovens, Adultos e Idosos enquanto um espaço de expressão de Educação Popular.

Compreendemos que a Educação Popular é uma concepção educativa com contornos epistemológicos e ontológicos bem definidos. Ela parte da compreensão e reivindicação dos saberes populares, distantes da lógica da Ciência Moderna, enquanto válidos e pedagogicamente importantes. Neste sentido, reconhece conhecimentos e experiências junto aos saberes tradicionais e culturais.

É um processo de valorização do contexto, identidade, cultura e saberes que compreende outras formas de estar e conhecer o mundo, numa visão mais integral do mundo. Ela, desta forma, propõe uma nova forma de relação com a realidade objetiva, de forma mais solidária e horizontal.

Ainda nesse horizonte, Freire e Faundez (1985) apontam a necessidade de a educação apropriar-se dos sentimentos (oriundos da comunidade), não se detendo assim apenas na racionalidade do que é científico. Todo diálogo é diálogo sobre alguma coisa e a mediação entre o educador e o educando é o conteúdo, isto é, o objeto do conhecimento sobre o qual se reflete e por isso. Não há conhecimento sem um objeto cognoscível a ser apreendido.

É importante ressaltar também que para Freire o conhecimento do ser humano não pode esgotar-se no conhecimento da própria realidade. Significa que o homem do povo tem direito a um conhecimento de melhor qualidade do que aquele que já tem. Para isso torna-se necessária uma educação organizada e sistemática.

Nesse sentido Freire (1999) afirma que a partir dos saberes da vida dos sujeitos, é que se desenvolvem práticas emancipatórias e coletivas, isso significa propor um novo olhar sobre questões que estão no âmbito educativo. Com essa ideia de construção dos saberes, é fundamental conhecermos e disseminarmos possibilidades que estimulem práticas educativas as quais valorizem os educandos e suas experiências de vida.

Consideramos que a Educação Popular, em sua razão ontológica, deve movimentar-se contra as desigualdades e contradições impostas, buscando a libertação com o coletivo, a conscientização do povo, rompendo com a camada opressora. (PEREIRA; CLARO, 2016, p.112). Neste sentido, compreendemos que



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

é uma concepção educativa que acolhe os saberes e experiências nem sempre reconhecidos para a construção de uma nova relação educativa e de sociedade, na qual a justiça social esteja no cerne.

Defendemos a ideia de que o educando que retorna à escola para dar continuidade aos seus estudos, possui uma identidade já construída por meio de suas vivências e, portanto, é um ser que não apenas possui, mas alguém que constrói cultura. Nesse sentido, compreendemos que o educador deve, para além de respeitar esse saber, valorizá-lo. Nessa vertente,

[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. [...] Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. [...] Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. (FREIRE, 1996, p.25)

Além disso, quando fala em educador, Freire (2002) expressa a necessidade de uma contínua formação. Refuta as práticas que não estão pautadas numa constante busca por conhecimento e construção dos saberes. Por isso, deve ser desconstruída a ideia de que "se transfere" o conhecimento, muito pelo contrário, ele precisa ser oportunizado através da produção e construção conjunta. Portanto, é imprescindível a existência de uma "curiosidade epistemológica", a qual instiga a busca pelo aprendizado e produção do saber, rejeitando a concepção de uma "educação bancária".

Nesse mesmo sentido, Freire (2002) aponta a necessidade de se preparar um educador democrático, o qual instigue a criticidade do educando. Esse sujeito mediador e transformador, precisa buscar coerência entre a teoria e a prática. É irrelevante possuir um perfil "memorizador" de leituras, se não houver a crítica e a ação em torno do que foi aprendido. Talvez não se tenha aprendido coisa alguma, se o educando não for capaz de reproduzir o que foi memorizado, mesmo que superficialmente. Aponta Paulo Freire,

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo. Aí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se,



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador. O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória - não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no país, na sua cidade, no seu bairro. Repete o lido com precisão mas raramente ensaia algo pessoal (FREIRE, 2002, p.14).

Com efeito, enfatizamos que há um saber inacabado, daí a necessidade de docente e educando, juntos, procurarem novas diretrizes, metodologias, conhecimentos e práticas. É nesse contexto que Freire (2002) considera a importância do constante aperfeiçoamento. Diante desses aspectos levantados, reconhecemos que o homem é um ser capaz de ir além de seu estado condicionado. Esse pensamento aponta para uma "autocrítica" ou "autoanálise", capaz de orientar a busca por uma consciência crítica.

Ao pensarmos em uma sociedade mais justa, construída por sujeitos diversos e formadores de imensa riqueza cultural, queremos que esses mesmos sujeitos adquiram força não só cultural, mas também política. Por isso, compreendemos que a EJA, composta por diferentes sujeitos movidos por inúmeros sonhos e perspectiva de vida, precisa estar permeada por uma concepção educativa de viés transformador e crítico. Nesse sentido,

[...] buscamos realizar uma prática de educação libertadora, humanizadora, devemos focar nossos olhares em um processo contínuo de compromisso de educadores com a realidade na qual estamos inseridos. Na medida em que temos convicção de que a prática educativa não é neutra, estamos contribuindo para o despertar da consciência crítica dos educandos." (PEREIRA, CLARO, PEREIRA, 2016, p. 114)

Neste rumo, compreendemos que para o exercício de uma educação libertadora, no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, é necessário que na postura do educador esteja impresso sua intencionalidade pedagógica. E, nesta medida, assume-se uma postura, que é ideológica, que contribui para o desvelar da realidade dos educandos.

Nesse rumo, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma modalidade de ensino destinada a jovens, adultos e idosos, que por muitos motivos foram afastados dos processos formais de educação. A dificuldade de acesso e permanência na escola em idade regular, a retenção recorrente nos níveis de ensino, a multiplicidade de formas de condições de vida diminuídas e alijadas, e



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

ainda, a falta de matrícula em escola pública, produzem os índices de marginalização de muitos sujeitos dos processos educativos formais. Os motivos desse afastamento são muitos: um trauma escolar que fez a criança se afastar; número elevado de retenção; o abandono dos estudos em razão da necessidade trabalho ou por demanda familiar. Ainda, Barreto (2013) aponta que outros motivos também estão relacionados aos direitos essenciais que lhes foram negados ao longo da infância e adolescência.

Por isso, é uma tarefa do campo da EJA a organização do trabalho pedagógico que inclua e valorize os saberes e as experiências que estes educandos carregam consigo. São sujeitos que marcados pela vida, tolhidos em muitas dimensões de suas existências, que a EJA tem responsabilidade acolher e valorizar.

4 Considerações Finais

Diante do que foi exposto, consideramos que a concepção de Educação Popular contribui para o alargamento do horizonte da EJA, rumo a uma educação integral do ser humano. E, desse modo, o campo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos se constitui como um lugar de Educação Popular, não somente por se direcionar às classes populares marginalizadas dos processos de escolarização, mas, fundamentalmente, por incorporar os princípios sócio-políticos preconizados por Freire.

Assim, compreendemos a pertinência deste diálogo como contribuição ao projeto educativo que se pretenda no âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, uma vez que a Educação Popular, que se configura profundamente emancipatória, propõe a superação das formas de opressão frente a estrutura que tolhe dos sujeitos o direito de *ser mais*. A EJA como espaço de expressão da Educação Popular, contribui para processo de construção de uma organização social, na qual a atuação crítica, política e ética esteja no cerne.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

- ARROYO, Miguel. **Escola como espaço público: exigências humanas.** IN: Revista de Educação AEC. n.121. Brasília, 2001. p. 118-123.
- BARRETO, Sabrina. Dissertação de Mestrado. **O processo de alfabetização no MOVA-RS: Narrativas e significados na vida de mulheres.** Disponível em http://bdtd.furg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3 Acesso em 14 Ago. 2016.
- BARRETO, Sabrina das N. Aprender a ser educador da EJA nos ambientes onde transitam: o olhar de uma Educadora Ambiental. 2013. 140 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de PósGraduação em Educação Ambiental. Rio Grande/RS. 2013.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Coleção 318, Primeiros Passos, Brasiliense. 2006.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em 20 de Agosto de 2012.
- BRASIL. **Lei Nº 5.379, de 15 de Dezembro de 1967.** Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em <14 de Agosto de 2012.
- BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 20 de Agosto de 2012.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- PEREIRA, Roberta Avila; CLARO, Lisiane Costa; PEREIRA, Vilmar Alves. A Educação Popular na Contramarcha da Babárie: Reflexões sobre as práticas vivenciadas no pré-universitário popular Quinta Superação. In. **Olhares Sul- Rio Grandenses Sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular.** 256p. Passo Fundo: Méritos, 2016.
- SOUZA, Adélia Porto. Ao fundo, uma sala de aula isolada do restante da escola. In: MONTEIRO, Carolina et al. **Jovens e adultos na escola: lendo e escrevendo o mundo e a palavra.** Pelotas: UFPEL, 2005.